



Geografia: Políticas e Democracia

**Anna Paula Lombardi
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2019

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

Geografia: Políticas e Democracia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 Geografia: políticas e democracia [recurso eletrônico] / Organizadora
Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2019. – (Geografia: Políticas e Democracia; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-145-9

DOI 10.22533/at.ed.459191902

1. Geografia física. 2. Geografia humana. 3. Dinâmica espacial.
I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 910.02

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Geografia: as cidades e as dinâmicas urbanas na perspectiva política e democrática”, no volume 1, apresenta estudos de grande relevância tendo como enfoque a dinâmica espacial nas áreas urbanas e rurais no Brasil. A Ciência Geográfica através das diferentes categorias e a relação dessas são o ponto chave para compreender a complexidade de fatos e fenômenos que ocorrem nas diferentes espacialidades, logo pelo ponto de vista de autores da área de conhecimento da Geografia publicados pela editora Atena.

O volume 1, exibe 18 capítulos que tem como temática: expor a questão do uso e ocupação do solo pelo aspecto da densidade populacional, ocupação irregular, relações de gênero no espaço urbano, regularização urbana de imóveis, a questão ambiental e a agricultura familiar, áreas de lazer e os parques urbanos, a agroindústria na contemporaneidade.

Com o enfoque de contribuir na compreensão de estudos nas cidades, abordando aspectos nas áreas urbanas e rurais e o dinamismo dessas espacialidades pelo âmbito político e democrático, é o que será exposto nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância desses estudos na Ciência Geográfica que são temas centrais de investigação na academia.

A seriedade desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância do tema abordado.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos em questão, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
OCUPAÇÕES IRREGULARES NO ESPAÇO URBANO DE COLÍDER – MATO GROSSO	
Judite de Azevedo do Carmo	
Willian Borges Vieira	
Beatriz de Azevedo do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.4591919021	
CAPÍTULO 2	10
A EXPANSÃO DO ESPAÇO URBANO EM TERESINA - PI E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS	
Vital António Vilelas Faria	
DOI 10.22533/at.ed.4591919022	
CAPÍTULO 3	20
RETOMADA DA ONDA DE REMOÇÕES NO RIO DE JANEIRO NO CONTEXTO DO EMPREENDEDORISMO URBANO	
Vinícius Silva de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.4591919023	
CAPÍTULO 4	30
PAISAGEM CULTURAL E GEOGRAFICIDADES NA AMAZÔNIA: A INTERFACE DA GEOGRAFIA PARA O ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DA TAPERA, SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA	
Loslene Neves Costa;	
Letícia Soares da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.4591919024	
CAPÍTULO 5	39
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: REFLEXÕES SOBRE A FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO	
Ramon Alves Malta	
Rafael Guimarães Farias	
André Santos de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4591919025	
CAPÍTULO 6	53
(DES)CONSTRUINDO OS PARADIGMAS DE GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NO ESPAÇO GEOGRÁFICO	
Ana Nábila Lima Campos	
José Elias Pinheiro Neto	
DOI 10.22533/at.ed.4591919026	
CAPÍTULO 7	60
A DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA ATRAVÉS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO DO MST E DO MPA	
Suelen Terre de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.4591919027	

CAPÍTULO 8	68
EXCURSÕES GEOGRÁFICAS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB: TRAJETÓRIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA ESPACIAL E POLÍTICA	
Daniel Almeida Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.4591919028	
CAPÍTULO 9	85
CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA PESCA NO DISTRITO DA FREGUESIA DO ANDIRÁ, MUNICÍPIO DE BARREIRINHA- AM	
Edelson Gonçalves Marques	
Luciano Soares Gonçalves	
Valdenice dos Santos Rodrigues	
Charlene Maria da Silva Muniz	
DOI 10.22533/at.ed.4591919029	
CAPÍTULO 10	94
MINERAÇÃO DE ENERGIA NO MARANHÃO: PERSPECTIVAS PARA EXPLORAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS NA BACIA SEDIMENTAR DE BARREIRINHAS	
José Francisco Belfort Brito	
Romeu Costa Araújo	
Fernando Carvalho Silva	
Cilícia Dias dos Santos Belfort Brito	
DOI 10.22533/at.ed.45919190210	
CAPÍTULO 11	113
UMA NOVA DIREÇÃO PARA O “USO RACIONAL” DO PARQUE ESTADUAL SERRA RICARDO FRANCO EM VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT A PARTIR DA “IMINENTE” CRIAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC)	
Paulo Daniel Curti de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.45919190211	
CAPÍTULO 12	124
INCLUSÃO OU EXCLUSÃO? ANÁLISE DOS <i>CAMPI</i> ALVORADA E RESTINGA DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL NO CONTEXTO DE TERRITÓRIOS DE PERIFERIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	
Geovana Prante Gasparotto	
Jennifer Sitária Petzold Mendes	
Josiane Cristina Leal Pontes	
Neudy Alexandro Demichei	
DOI 10.22533/at.ed.45919190212	
CAPÍTULO 13	133
EVIDÊNCIAS DE UMA “NOVA COGNIÇÃO DO SISTEMA MUNDO” NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO CONTEMPORÂNEO NAS PESQUISAS GEOGRÁFICAS SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL	
Jacy Bandeira Almeida Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.45919190213	
CAPÍTULO 14	143
ESTUDOS SOBRE AS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS NO PERÍMETRO IRRIGADO: ICÓ – MANDANTES – PETROLÂNDIA PE	
Marina Loureiro Medeiros	
Guilherme José Ferreira de Araújo	
Edvânia Torres Aguiar Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.45919190214	

CAPÍTULO 15	151
ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO: PRÁTICAS PRODUTIVAS E O DESENVOLVER SUSTENTÁVEL PARA O MUNICÍPIO DE JOSÉ DE FREITAS-PI	
Andreza de Oliveira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.45919190215	
CAPÍTULO 16	160
A INSERÇÃO DOS JOVENS DE LAGO DO JUNCO NA CONTINUIDADE DA CULTURA DO COCO BABAÇU: CONSCIENTIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E PRESERVAÇÃO	
Matheus Andrade Marques	
DOI 10.22533/at.ed.45919190216	
CAPÍTULO 17	169
A FORMAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS SUCROALCOOLEIROS NO VALE DO IVAÍ (PR) E A AÇÃO CORPORATIVA NO TERRITÓRIO	
Jhonatan dos Santos Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.45919190217	
CAPÍTULO 18	178
UMA ANÁLISE DA MECANIZAÇÃO DAS SALINAS E O DECRÉSCIMO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA DE MACAU/RN ENTRE 1970 E 2000	
Iapony Rodrigues Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.45919190218	
SOBRE A ORGANIZADORA	186

A DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA ATRAVÉS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO DO MST E DO MPA

Suelen Terre de Azevedo

Mestra em Geografia pela UNIOESTE – Marechal Cândido Rondon/PR.

RESUMO: Este estudo pretende abordar algumas características de dois movimentos sociais do campo, que são o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). A análise de cunho bibliográfico, objetiva caracterizar as especificidades entre estas organizações e proceder a um breve levantamento sobre a história da luta dos camponeses no Brasil. É possível compreender, que através dos movimentos sociais os pequenos agricultores brasileiros se reconheceram enquanto classe social. O sujeito se reconhece como protagonista da luta promovendo a consciência política e uma atuação crítica.

1 | INTRODUÇÃO

A ampliação do debate sobre o papel dos movimentos sociais do campo é fundamental para o processo de democratização da terra no Brasil. O objetivo central desta pesquisa foi proceder a um levantamento das principais características de dois movimentos

sociais, sendo selecionado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Destacando as conquistas dos direitos dos trabalhadores rurais brasileiros, a partir da análise dos movimentos sociais como protagonistas na luta pela terra.

Para explanar sobre os movimentos sociais no campo e a função social da terra, foi realizado o levantamento bibliográfico sobre pesquisas que tratam de temas da geografia agrária, campesinato, e movimentos sociais. Sendo realizada a caracterização dos seguintes movimentos MST e o MPA, priorizando elencar os pontos distintos de suas lutas. Compreendendo os meios utilizados pelos agricultores para conquistarem a terra, trabalhar a questão da reforma agrária, e a própria sobrevivência no campo, para que consigam permanecer na terra de forma digna.

Conforme Martins (1981), o camponês sempre foi definido como aquele que está “lá longe” no campo. E por viver fora da cidade é caracterizado como atrasado, rústico, ingênuo, entre outros termos que o inferiorizam. Ou seja, o camponês não está, senão ocasionalmente, nas margens da sociedade, é um excluído, por não ter voz política. Nesta condição o camponês torna-se um produto histórico sendo fruto da

contradição, pois, é proprietário e trabalhador ao mesmo tempo, assinalando uma traição às leis do capitalismo.

A partir da resistência dos camponeses a luta para não serem expulsos de suas terras, passou a ocorrer em varias regiões do Brasil através do messianismo e do cangaço. Estes primeiros movimentos representam a luta de posseiros expropriados de suas terras. Os movimentos messiânicos indicavam um movimento marcado pela justiça contrapondo as classes dominantes. Como exemplos de conflitos, houve a Guerra de Canudos no Nordeste e a Guerra do Contestado no Sul. O cangaço também foi representativo na luta contra as hegemonias nordestinas, porém esse grupo fazia justiça através da vingança (MARTINS,1981).

A questão agrária está nas lutas camponesas contra as classes dominantes e o Estado, e sempre estiveram atreladas na busca pela liberdade e pela sobrevivência através da terra. A partir do momento em que a resistência dos camponeses ocorre de forma organizada, à expropriação de suas terras torna-se mais difícil e os movimentos sociais passam a ganhar mais força e visibilidade. Neste cenário, o camponês foi constituindo sua primeira libertação, à de manifestar vontade própria. A partir do crescimento das lutas camponesas e sua entrada no debate político nacional o camponês finalmente encontra-se na sociedade.

2 | AS LUTAS CAMPONESAS ORGANIZADAS ATRAVÉS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

As primeiras grandes lutas camponesas no Brasil coincidiram com o fim do império e o começo da república. As modificações sociais atingiram principalmente os camponeses. Após a abolição da escravatura, a Lei de Terras torna as terras devolutas em monopólio do Estado, em contrapartida o Estado passa a ser controlado por uma forte classe de grandes fazendeiros (latifundiários). A conquista da terra para os trabalhadores só se dá através do trabalho árduo. Tornando-se necessário, modificar o regime fundiário para a abertura de um novo caminho ao campesinato, diferenciando o posseiro do agregado. Deste modo, os pequenos proprietários dependentes do mercado, passam de homens livres para compradores de terras, ou seja, a terra é convertida em mercadoria (MARTINS,1981).

De acordo com Oliveira (2007), o território torna-se o produto da luta de classes, configurando o desenvolvimento de suas forças produtivas. A partir daí começa o conflito com o camponês, que luta contra a extração da renda a partir da terra. A propriedade capitalista é contraditória e desigual, e o latifundiário é um personagem inserido neste processo, pois ao especular e reter a terra como reserva de valor, ele se apropria da renda da terra.

O primeiro grupo a lutar pela reforma agrária no Brasil foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Que vê o camponês como um sujeito que pode transformar

a sociedade. Porém, o conceito de capitalista do campo muda, e o papel do PCB passa apenas a querer levar direitos trabalhistas para o campo, afastando-se das lutas camponesas. Concomitante, a igreja atua para que os camponeses fiquem no campo, evitando o seu êxodo para a cidade. Dessa forma, a igreja passa a pregar a sindicalização do campo. Os trabalhadores rurais se mobilizaram e se organizaram em nível nacional com relativa rapidez, principalmente com a organização dos sindicatos rurais em 1962. Porém, o CNBB - Conselho Nacional de Bispos do Brasil passa a defender que a expropriação é boa, desestimulando as lutas, e defendendo o latifúndio (MARTINS, 1981 e MARTINS, 1993).

Evidentemente, não há como fazer reforma agrária compactuando com os burgueses capitalistas. Neste período surgem as ligas camponesas, onde os problemas práticos são discutidos pelos próprios camponeses. Com a expansão da modernização agrícola e a concentração fundiária no Brasil, houve a expropriação e expulsão dos camponeses de suas terras. Então no final da década de 1970, foram constituídos os movimentos sociais rurais, tendo como principal meio de luta e modo de pressão sob o Estado, a ocupação de terras e acampamentos nos latifúndios, visando à realização da reforma agrária.

A partir de 1978 os colonos passaram a lutar contra a expropriação. E as ocupações serviram como experiências que marcaram uma nova fase da luta pela terra. Em 1983 foi criada uma coordenação regional nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, surgindo o MST. Neste momento, os movimentos camponeses se engajaram na luta pela terra e pela reforma agrária. O movimento promoveu uma mudança de paradigma, surgindo uma nova visão da igreja, que passa a seguir as orientações do Evangelho Jesus, e não mais as Leis do Antigo Testamento. A luta pela justiça social passa a questionar a estrutura fundiária (FERNANDES, 1994).

3 | O MST NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

No ano de 1984 no município de Cascavel no Paraná, os trabalhadores rurais de todo Brasil se organizam e fundam um movimento camponês nacional, denominado de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), objetivando: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no País (MST, 2010).

O MST surge como forma de organização social para contrapor o modelo agropecuário brasileiro, como consequência dos resultados das diversas experiências de lutas populares. É a partir das lutas populares que se criaram novos sindicalistas, surgindo a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). A Igreja passa a atuar em comunidades eclesiais de base, cedendo seu espaço para a socialização das experiências políticas. Criando-se a CPT- Comissão Pastoral da Terra, para lutar contra as injustiças sociais, baseando-se na Teologia da Libertação

invertendo o antigo papel da Igreja que beneficiava a burguesia (FERNANDES, 1994).

Através do engajamento político, religioso e social os movimentos dos expropriados (agricultores falidos, indenizados por barragens, pessoas abandonadas pelo sistema) passam a derrubar a cerca e “invadir” para fazer a reforma agrária. Este era o manifesto, contra o modelo de desenvolvimento que beneficiava o grande proprietário. O PT e a CUT nascem da luta de classes entre os trabalhadores e camponeses. As primeiras lutas do MST mudaram a questão da luta de classes, passando a ser um exemplo de luta pela terra, a partir da ocupação nas terras devolutas e irregulares do latifúndio.

Os movimentos sociais no campo demonstraram, que a luta pela terra pode ser possível e ter sucesso através da conquista de um movimento nacional, fazendo, com que o camponês tenha voz ativa, e tenha a possibilidade de lutar pela terra (ocupar) e lutar pela reforma agrária (governo). Em 1990 a Reforma Agrária é colocada como uma luta de todos, “Reforma por um Brasil sem latifúndio”. E os camponeses, que eram muito explorados, através de legislação específica, se tornam proletários e passam a chamar a sociedade para a discussão (FERNANDES, 1994).

Os sujeitos que formam as bases dos acampamentos do MST são famílias de camponeses, vivendo como trabalhadores rurais, arrendatários, boias-frias, meeiros, famílias pobres expropriadas do campo pelo êxodo rural. Esta população busca conquistar a própria terra para plantar, e assim melhorar sua condição de vida. Ao viver nos acampamentos, localizados em beiras de estrada ou áreas abandonadas, enfrentam diversas dificuldades e problemas partilhados, porém a organização coletiva proporciona a resistência, através da perspectiva de conseguir a terra (MPA, 2010).

De acordo com Turatti (2005), os acampamentos do MST são considerados um rito de passagem, pois, moldam o sujeito através das transformações do tempo, isto é, do passado para o futuro. Neste contexto, os acampamentos são uma configuração à materialização, sendo uma ação de rebeldia, o que os assentados fazem é ocupar a terra, que é o que mais desejam. Esta luta pela terra é um instrumento de transformação social, para compartilhar valores com a solidariedade de todos. O acampamento é a passagem, para que no futuro se formem grandes grupos do MST. Neste sentido, trabalhariam em coletividade construindo muitas expectativas para esta nova realidade. Os acampados são os que fazem uso da terra provisoriamente, às vezes se contentando em serem reconhecidos como parte de um grupo. Muitas vezes são vistos como “estranhos” tentando mostrar seus valores ou são reconhecidos como marginalizados, na busca em garantir sua sobrevivência e de sua família, através de uma redefinição de seu estatuto perante a sociedade.

Mesmo sem conseguir vivenciar a Reforma Agrária com tantos anos de luta, o MST promoveu algumas conquistas como: a organização do movimento em vinte e três Estados brasileiros e Distrito Federal, mais de 1,5 milhão de pessoas acampadas e assentadas, elevação da renda familiar nos assentamentos, manterem a Reforma Agrária em pauta nas discussões da sociedade e do Estado, a eliminação da mortalidade infantil e da fome nos acampamentos, a conquista à dignidade da cidadania através do

rompimento do coronelismo e da dominação política ligada ao latifúndio (MST, 2010). Estas conquistas foram fundamentais para garantir a continuidade da luta na defesa da democratização da terra, através de uma reorganização agrícola que atenda as necessidades da população, efetivando a eliminação das desigualdades sociais no Brasil.

4 | O MPA NA LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA

Foi durante a década de 1990 que surgiu outro movimento de trabalhadores rurais, visando à organização de pequenos agricultores que reivindicavam pela manutenção do pequeno agricultor na terra, caracterizando as lutas do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). A organização de um grupo em movimentos sociais, é motivada por um período de crescentes insatisfações, das necessidades e dos interesses a elas negados. Assim, nascem as mobilizações, através da força, união e a vontade em provocar mudanças. Este movimento camponês de luta permanente possui como características ser nacional e popular, de massa e autônomo. Em sua base estão os grupos de famílias organizados. Seus objetivos são: a produção de alimentos saudáveis para a subsistência e consumo do país, através do resgate da identidade e da cultura camponesa. Os valores se baseiam em uma sociedade socialista, comprometida com a construção de uma nação soberana (MPA, 2005).

Conforme a página eletrônica do MPA (2013), a história desta organização camponesa surgiu a partir da crise do Movimento Sindical promovida pela burocracia Estatal. Principalmente, com a extinção do departamento rural da CUT, neste momento os sindicatos que atuavam no campo perderam sua força. Configurando no desmembramento do Departamento Rural da CUT, isto fez com que ex-lideranças e ex-membros buscassem a criação de um novo movimento. No final de 1995 e início de 1996 quando o Sul do Brasil sofreu com uma forte estiagem, alguns sindicatos combativos e os agricultores afetados se uniram em um acampamento da seca, reivindicando créditos de manutenção familiar. Estes protestos duraram três semanas, mobilizando trinta mil pessoas e cerca de 40 sindicatos. Durante o período de acampamento houve a formação de pequenos grupos, a fim que proporcionar o encaminhamento das decisões de modo coordenado. Com este tipo de organização houve sucesso no trabalho de nucleação das comunidades, proporcionando a personalidade do MPA (MPA, 2013 e FRANTZ e CADONÁ, 2004).

As principais lideranças do protesto, que fundaram o MPA, foram líderes ligados a Pastoral da Terra, de sindicatos e igrejas, outras entidades e representantes de pequenos agricultores. Para dar maior visibilidade ao movimento, foram utilizadas práticas do MST como o trancamento de rodovias, ocupação de prédios públicos, marchas, passeatas e acampamentos. Portanto, este movimento camponês foi desenvolvido no meio das lutas. Deste modo, ele não era sindicato, partido político, parte da igreja ou uma missão do MST. A luta visava defender o modo de vida do

pequeno agricultor de maneira autônoma na produção de alimentos, através de tarefas determinadas de resistência para ficar na terra, lutar por crédito subsidiado e defender a agricultura (FRANTZ e CADONÁ, 2004).

No ano de 1997 há o primeiro encontro nacional de lideranças, visando à constituição de um movimento nacional. Em 1998 com o segundo encontro, o movimento passa a ter um formato mais concreto e objetivo. Atualmente, o MPA está presente em 17 estados, e avança nas questões sobre o campesinato através do Plano Camponês, baseando-se em dois pilares: 1) condições para produzir e 2) condições para viver bem no campo. Este plano é contrário ao agronegócio, latifúndio, capital financeiro e as multinacionais. A mensagem que o MPA tem como afirmação política é “Produzir Alimentos Saudáveis, respeitando a Natureza, para alimentar o povo brasileiro e fortalecer o campesinato!” (MPA, 2013).

De acordo os estudos de Priscila A. Trés (2011), o MPA participou de lutas para a implantação das seguintes políticas públicas no campo brasileiro: PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar; ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural; PAA – Programa de Aquisição de Alimentos; PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar; Seguro Agrícola; Crédito Moradia, ou seja, Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR; Entre outros. Neste debate, Frantz e Cadoná (2004) analisam que, o MPA visa aprofundar a distinção e as diferenças entre a agricultura familiar e a agricultura camponesa. Com a visão de que existe um desafio que é “entrar no sistema” ou construir a agricultura camponesa de maneira independente. Pois, isto remete as implicações diretas na vida e no futuro dos camponeses. O avanço do capitalismo, através da concentração produtiva, territorial e a modernização do campo, desvalorizam as pequenas propriedades, acarretando a uma situação de subordinação através das relações de assalariamento.

Ou seja, a expropriação camponesa proporciona ao Agronegócio uma força de trabalho abundante e de reserva para a agricultura comercial, gerando a substituição da agricultura de subsistência. Neste entendimento, os movimentos sociais são resistências do campo, que observam como a dinâmica capitalista afeta os setores produtivos, e conseqüentemente forçam os pequenos agricultores a abandonarem suas raízes camponesas. A reprodução das unidades familiares camponesas não é motivada basicamente por razões econômicas, mas sua luta é pela construção de espaços de autonomia, a partir de concepções e ideologias próprias.

São os descontentamentos e as crises no meio rural que reproduzem o empobrecimento, o desanimo, acomodação e proletarização dos camponeses, associadas com a rápida modernização agrícola que não acompanhou as realidades sociais e históricas. Afetando diretamente a força e organização da classe dos pequenos agricultores. Porém, as deficiências promoveram novas discussões e ocasionaram o surgimento do MPA, visto que os interesses sociais dos pequenos agricultores não estavam sendo contemplado pelas políticas agrícolas neoliberais (FRANTZ e CADONÁ, 2004).

O MPA através da defesa de sua forma de viver e de produzir alimentos constituiu com sua luta, uma identidade política e econômica. As perspectivas do grupo tem em seu embasamento, o entendimento ideológico que contrapõe o próprio sentido do capitalismo e do agronegócio, desempenhando uma agricultura de base familiar, camponesa e agroecológica. Neste sentido, o papel do movimento com as práticas democráticas é caracterizado com sua identificação como classe camponesa que busca produzir alimentos de formas naturais ao mesmo tempo em que busca por políticas públicas para manter seu modo de vida.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos apontamentos, os dois movimentos sociais rurais possuem perspectivas, sujeitos e lutas diferentes, porém com o mesmo objetivo de resistir para ficar na terra, pode-se compreender que os protestos do campo surgem através das necessidades, em quadros de crises e desamparo. Neste contexto, os movimentos sociais rurais demonstram que a história de luta renova seu manifesto em protestar por ações concretas, que garantam seu modo de vida e sua continuidade no campo. Os movimentos demonstram como o agronegócio capitalista desenvolve estratégias para subordinar e eliminar o modo de vida e de produção camponesa.

Para o MST as causas da expropriação camponesa são problemas estruturais do Brasil, e estão relacionados principalmente com a não realização da Reforma Agrária e a carência de políticas agrícolas voltadas ao campesinato. Através dos assentamentos rurais, diminui-se a concentração de terras e a população rural aumenta, melhorando suas condições de vida. O surgimento do MPA advém da tradição das lutas que já haviam surgido no campo. Então, no momento de crise os pequenos agricultores reagiram, lutando pelo seu reconhecimento e importância para a sociedade. Desta maneira, o movimento adquire um contexto maior, visando a luta de classes, vida política e inserção social. A estratégia utilizada pelos Movimentos Sociais Rurais como os acampamentos refletem que são nestes momentos que ocorrem as verdadeiras mudanças. Sendo o período em que as classes se reconhecem e retomam sua consciência, ocorrendo a ruptura de sua condição de inferioridade para a luta por direitos legítimos.

As ações para manter o camponês na terra e diluir as desigualdades sociais no campo é uma luta cotidiana. O MST enfrenta o desafio de conquistar a terra através da Reforma Agrária, e o MPA lida com os obstáculos para que os pequenos agricultores não sejam expropriados e desterritorializados de suas propriedades. Ambos os movimentos lidam contra a sujeição da renda da terra ao capital, e enfrentam com resistência a sua permanência na terra. A conjuntura social brasileira no campo se configura pela luta dos movimentos sociais na democratização da terra, e é caracterizada pelo entendimento e esforço de que a função social da terra prevaleça.

Através das políticas públicas aplicadas para a população rural o trabalho rural pode ser valorizado, ampliando o combate da informalidade no campo, garantindo dignidade e promovendo novos debates sobre a reforma agrária. Este é o caminho para compreender, que através dos movimentos sociais os pequenos agricultores brasileiros se reconheceram enquanto classe social. O sujeito se reconhece como protagonista da luta promovendo a consciência política e uma atuação crítica.

REFÊRENCIAS

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espacialização e Territorialização da Luta Pela Terra; A Formação do MST no Estado de São Paulo. Dissertação/Mestrado/Geografia -

USP, 1994. www.propg.ufscar.br/publica/4jc/posgrad/resumos/0306-costa.htm

FRANTZ, Walter; CADONÁ, Célio Valdemar. Movimento dos pequenos agricultores - MPA o novo nasce nas estradas. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. 2004. Dissertação de Mestrado em Educação nas Ciências

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. São Paulo: Petrópolis, 1983.
_____. A chegada do estranho. São Paulo: Hucitec, 1993.

MPA. MPA e a resistência camponesa: história, propostas, princípios e organização. Brasília - DF: Secretaria Nacional do MPA, 2005.

_____. MPA: uma alternativa de organização do campesinato brasileiro. Disponível em: <http://www.mpabrasil.org.br/mpa-uma-alternativa-de-organizacao-do-campesinatobrasileiro>. Acesso em 21/10/2013.

MST. MST: lutas e conquistas. 2 ed. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2010.

OLIVEIRA, A. U. A geografia e os movimentos sociais. São Paulo: USP, 2007.

TRÉS, Priscila Albani. O Movimento dos Pequenos Agricultores e a Luta pela Moradia Camponesa. Faculdade Capixaba de Nova Venécia. Nova Venécia, 2011 (TCC).

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. Os Filhos da Lona Preta - Identidade e Cotidiano em Acampamentos do MST. São Paulo: Alameda Casa Editorial. 2005.

SOBRE A ORGANIZADORA

ANNA PAULA LOMBARDI Possui graduação em Bacharelado em Geografia (2011) e Licenciatura em Geografia (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR. Mestre em Gestão do Território (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Doutora em Geografia (2018) pela mesma Instituição. Bolsista Capes pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior realizado na Universidad Autónoma de Ciudad Juárez/Chihuahua/México pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo no Doutorado em Estudios Urbanos (2017). Conhecimento na área de Geografia e Ensino de Geografia. Atua principalmente nas áreas de espaço urbano, Planejamento Urbano, sociedade; práticas sociais, grupos de minorias, políticas públicas e os estudos da Geografia da Deficiência (the Geography of Disability). Trabalhou como Professora/formadora na UAB no curso de Licenciatura em Geografia pela disciplina de (OTCC) Orientações de trabalho de conclusão de curso pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Atualmente é Docente pela Faculdades CESCAGE e realiza Orientações e supervisões no curso de Especialização em História, Arte e Cultura a distância pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-145-9

